

DA EMULAÇÃO DO TRABALHO

NOTAS SOBRE A REFORMA POLÍTICO-POLICIAL

Em Económicas vive-se um ambiente de febre pelo "estudo", pelas cifras e tabelas. Os estudantes lançam-se desesperadamente tentando recuperar o "tempo perdido". Acreditam cegamente que do seu labor algo há-de resultar em benefício próprio ; que do seu suor e do seu tempo algum benefício advirá para o País. Acreditam em tudo, até provavelmente em que três meses de aulas podem comportar matéria dada habitualmente em seis meses. O ambiente é propício à emulação do trabalho, trabalho neste caso inútil, pois é inevitável o sacrifício de grande parte dos estudantes à grande crise em que se encontra o ensino em Económicas. O sacrifício dos estudantes, antes de os beneficiar visa limitá-los nas tomadas de posição face aos grandes e verdadeiros problemas da Universidade e da sua aprendizagem.

Só se aprende em liberdade, e o próprio processo usado pelos professores do tipo chantagista - "se não há matéria não há exames, etc." - ou seja a limitação do universo de estudo à obtenção dum resultado final, denuncia a impossibilidade de aprender, e põe a nu o aspecto demagógico da actual actuação dos professores. Pois o que poderá significar a existência do espectro do julgamento escolar (a nota final de aprovação) com a a cada vez maior desvalorização dessa mesma nota final de aprovação ("canudo") ?

Pretende-se, em resumo, que os estudantes sacrifiquem tudo a uma "normalidade" que lhes dará, tão só, a salvação académica. Um curso, um futuro, uma vida ! ...

Nós perguntamos : Qual curso ? Qual futuro ? Qual vida ?

Não fazemos estas perguntas em abstracto ; fazemo-las no concreto. Que informação têm os estudantes do tão falado processo de Reforma ?

O que sabem da futura ou futuras escolas superiores concorrenciais com Económicas, na base do I.E.S., da Universidade Católica, etc. ?

Que oportunidade têm de discutir tudo isso , se quando se propõe fazê-lo verdadeiramente, lhes é barrado o caminho pela Repressão (era essa a proposta dos estudantes de Lisboa impedida pela nota ministerial de Janeiro de 1971) ?

O que pretendem as Autoridades que os estudantes sejam ? Nós respondemos, pensando interpretar o que grande parte já percebeu : SIMPLES JOQUETES DA SUA POLÍTICA .

- Simples joguetes de uma máquina, no funcionamento da qual são impedidos de interferir, e ai deles se o quiserem fazer efectivamente que lá vem o espectro da subversão.

- Simples apostadores de 4000 num totobola cujo grande bolo cabe sempre à SANTA CASA e a um felizardo (ou meia dúzia) que fazem um treze.

- Simples aglomerado de pequenos apostadores impotentes, vivendo da esperança que lhes saia o Sorte Grande, ou seja um convite para um bom lugarzinho (por intermédio de um tal Sr. Assistente!) nalguma das sucursais da Santa Casa, pois até o próprio sistema de concorrência individual (a nota), que até aqui e nos momentos de acção e parasma era o bálsamo para a grande maioria, está viciado.

E no entanto toda a minha gente estoura a cabeça nas estatísticas, acha por feitacento natural tudo o que se passa à sua volta.

Nem lhes passa pela cabeça perguntar aos reformadores: onde está a modificação do ensino das matemáticas (cadeiras que são o grande peão do curriculum escolar do ISCEF)?

Onde está a modificação do ensino das economias (que com as matemáticas compõem o núcleo fundamental das cadeiras do ISCEF)?

Onde está a Grande Reforma?

Não não recriminamos o Sr. Ministro da Educação, por a não ter feito, nem os seus colaboradores no ISCEF, pois de facto eles levaram-na a cabo e de forma mais brilhante:

A GRANDE REFORMA, a verdadeira reforma, foi a que visou o rígido e militar enquadramento, a divisão dos estudantes e a sua parcelização.

Pois não reformas bem intencionadas ou ingénuas; e de toda e qualquer reforma o fundamental é o seu aspecto político, o que ela contém de combate às posições adversárias e às suas propostas avançadas e novas. Por isso seria ingenuidade esperar resultados "pedagógicos" que não fossem subordinados e instrumentais a objectivos políticos bem definidos: o que pretende a reforma é dividir e romper a coesão do grupo estudantil para conquistar para a política geral do Governo, e para isso é necessário um enquadramento rígido e militar (muitas turmas para muitos professores, - alibi: pretende-se melhor; resultado verdadeiro: dificulta-se a união face aos problemas importantes e comuns; muitas discursos e muitas promessas, - alibi: é preciso trazer o "povo informado daquilo que se faz por ele" - resultado verdadeiro: conquistar para uma política geral que transcende a política escolar e que se dirige claramente à conquista do grupo estudantil para a disciplina e para o mito de trabalho despersonalizado que chamam a "Fera" para o aparelho militar.

E assim, enquanto esperamos os resultados pedagógicos da Reforma, sofremos - lhas consequências políticas: a parcelização que consubstancia ao nível interno esse enquadramento militar; a repressão policial que esse enquadramento torna mais fácil, e visa deixar sem resposta, cimentando e acentuando a parcelização. Não há pois arrastado pedagógico ou luta pedagógica que resista a um processo reformista que é fundamentalmente político.

Este documento visa, ainda que de forma alinhavada e pouco clara:

- dar um primeiro contributo para mostrar que enquanto não se compreender o alcance político das medidas reformadoras do Governo, e o que elas contém de essencialmente repressivo, não se avançará nem um passo no sentido de transformar a situação universitária e estudantil (inclusivé nas questões pedagógicas);

- dar um primeiro passo para mostrar que a única forma de ultrapassar a situação em que nos procuram colocar - corpo atomizado de simples apostadores - é a da luta contra a parcelização, é a tomada corajosa de atitudes colectivas.